



6504 02

- REQUERIMENTO Número IXI () .ª
10 07 22
- PERGUNTA Número 4684 / XI () .ª

Assunto: Não atribuição de verbas à Juventude Musical Portuguesa

Destinatário: Ministério da Cultura

*Por determinação do SECEPAR
Sra. Secretária da Mesa*

10.07.23

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

[Handwritten signature]

O Bloco de Esquerda tomou conhecimento, após audiência com a Juventude Musical Portuguesa, de uma grave situação referente à não atribuição de verbas por parte da Direcção Geral das Artes.

A Juventude Musical Portuguesa é uma instituição com um papel preponderante na difusão cultural, e musical em particular, com mais de 60 anos de existência. Com cerca de sessenta concertos realizados anualmente, com a edição de livros didácticos musicais e com a organização de vários Festivais, como o Festival Internacional de Órgão de Lisboa, o Festival de Música Contemporânea Música Açores e presentemente a Temporada de Música dos Açores (iniciativa da Presidência do Governo Regional dos Açores) a associação depende de fundos do Estado para a prossecução dos seus objectivos.

Segundo nos foi dado a conhecer, a instituição encontra-se sem verbas estatais desde 2008, tendo inclusivamente um processo a decorrer no Tribunal Administrativo contra a Direcção Geral das Artes por não atribuição de verbas. A instituição tem ainda efectuado diligências para negociação junto do Ministério da Cultura, negociações que se iniciaram a 20 de Novembro de 2009 e cessaram abruptamente, por ausência de resposta do Ministério, em Fevereiro de 2010. A associação corre agora um sério risco de viabilidade financeira, estando em risco a sua continuidade sequer até à decisão judicial, que pode não vir a ser conhecida antes de 2011.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura, as seguintes questões:

1. Tem o Ministério da Cultura conhecimento desta situação?
2. Em caso afirmativo, considera o Ministério admissível que uma instituição com as características

da Juventude Musical Portuguesa estar sem verbas desde 2008?

3. Porque não voltou o Ministério da Cultura a estabelecer contacto com a Juventude Musical Portuguesa desde o passado mês de Fevereiro?
4. O que tenciona fazer o Ministério da Cultura em relação ao caso da Juventude Musical Portuguesa?
5. Como está o Ministério da Cultura a ser representada no processo a decorrer no Tribunal Administrativo?

Palácio de São Bento, 21 de Julho de 2010.

A Deputada



Catarina Martins